

Falta de acordo ameaça aprovação da LDO

Pela primeira vez, projeto corre o risco de não ser levado à votação no Congresso

15,7 LILIANA LAVORATTI

BRASÍLIA – O Congresso vai estender seus trabalhos até a semana que vem para tentar aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003. Ontem, por falta de acordo entre governo e oposição sobre a medida provisória que dá benefícios previdenciários a anistiados políticos, a votação foi adiada para terça-feira. Mas há o risco de, pela primeira vez, o projeto simplesmente não ser aprovado.

O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), não acredita ser possível obter quórum ou mesmo um acordo entre os partidos que permita concluir a tramitação terça-feira, quando deveria começar o recesso. Pela Constituição, o Congresso não pode entrar em recesso antes de votar a LDO – que contém as linhas gerais para o Executivo preparar a proposta orçamentária.

Se não houver votação terça, deve haver um recesso branco em julho. Madeira também não vê sentido em votar a LDO em

agosto, em cima do prazo – pela Constituição, o Executivo tem até o fim de agosto para entregar a proposta orçamentária ao Congresso. “Isso será ruim para o Congresso porque o governo vai fazer o Orçamento com ou sem LDO”, garantiu.

A declaração provocou forte reação da oposição. “Dizer que não precisa da LDO para a elaboração da proposta orçamentária é no mínimo antidemocrático”, reclamou o deputado Jorge Bittar (PT-RJ). Ontem, pelo menos, a maioria dos parlamentares tinha dúvidas sobre se é necessário ter a LDO para elaboração do Orçamento.

Para Bittar, a oposição mostrou boa vontade ao retirar a obstrução na Comissão Mista de Orçamento, quarta-feira à noite. A votação foi possível graças a acordo de todos os partidos para incluir no projeto recursos adicionais de R\$ 5 bilhões para reajustar o salário mínimo além da inflação e acolher emendas dos parlamentares. O governo não gostou da decisão, que vai contra as indicações dadas nas últimas semanas ao mercado, de aumentar o

aperto nas contas públicas para acalmar o nervosismo. Na hipótese de a LDO ser aprovada terça-feira, o presidente terá de arcar com o ônus de vetar os artigos que aumentam recursos para o reajuste do mínimo, caso não queira segui-los na elaboração da proposta orçamentária.

Anistiados – A sessão de ontem no Congresso foi marcada para votar só a LDO e pedidos

de créditos suplementares para ministérios. Mas de manhã os líderes decidiram incluir na pauta projetos de conversão de quatro medidas provisórias antigas. Entre elas, a da anistia, por pressão

do PT, e a que trata de benefícios assistenciais a policiais militares, a pedido do PMDB.

Em seguida, o governo avisou que vetaria vários pontos do substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ao projeto de conversão da MP que fixa critérios para indenização de anistiados. Diante disso, o PT se recusou a votar a LDO, alegando que tudo fora amplamente negociado com o chefe da Casa Civil, Pedro Parente.

ÚLTIMA
TENTATIVA
SERÁ FEITA
NA TERÇA